

“Estado e Mercado na formulação de políticas de combate à Desigualdade”¹

Laura Tavares Soares²

Retrocessos e Recorrências

No texto³ apresentado em outro Seminário Internacional do Dieese no ano de 2001⁴ já colocávamos em xeque o modelo de “modernização” vigente, chamando a atenção para situações de forte **retrocesso** social como consequência das políticas de ajuste implementadas na maioria dos países latino-americanos na década de 90. Na época concluíamos que não bastava “ajustar o ajuste”: era preciso um outro projeto radicalmente diferente para que fosse possível construir um desenvolvimento com justiça social na América Latina.

O reconhecimento da crise social frente às suas evidentes manifestações tornou-se quase um “novo consenso” - o problema continua sendo a **recorrência** do diagnóstico das suas causas e, sobretudo, das propostas que continuam hegemônicas para o seu enfrentamento.

Ao analisar inúmeros diagnósticos (em sua maioria pautados por organismos internacionais), as causas dos nossos males variam desde a nossa incompetência para executar de forma “adequada” os ajustes e as reformas “necessárias”, até a nossa “fragilidade” política marcada pela “corrupção”. Outros apontam para a impossibilidade de melhoria da situação social face às sérias “restrições econômicas” que não permitiriam a geração de emprego e renda capaz de absorver a “pressão demográfica” representada pela incorporação de jovens à população em idade ativa. Os mais radicais, como o FMI, afirmam que as condições sociais na AL são um preço “necessário” para que os países possam

¹ Conferência apresentada no Seminário Internacional *Desenvolvimento com Distribuição de Renda*. DIEESE 50 anos. São Paulo, abril de 2006.

² Professora e atualmente Pró-Reitora de Extensão da UFRJ. Colaboradora do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. Doutora em Economia do Setor Público, área de Política Social. Autora de livros e artigos sobre as consequências sociais do ajuste neoliberal, em especial na América Latina.

³ *Desenvolvimento e Justiça Social na América Latina: Modernização ou Retrocesso? IV*: DIEESE/CESIT/UNICAMP. Emprego e Desenvolvimento Tecnológico. Experiências sindicais, setoriais e regionais. São Paulo, 2002.

⁴ Seminário Internacional “Alternativas de Desenvolvimento e a Questão Regional”, DIEESE / CESIT, Rio de Janeiro, agosto de 2001.

(algum dia) estabilizar-se e crescer: seriam os “inevitáveis efeitos colaterais” do remédio aplicado.

As receitas são equivalentes aos diagnósticos e dão sempre a sensação de “mais do mesmo” ou “variações em torno do mesmo tema”. Diante da corrupção os povos latino-americanos têm que “aprender a escolher seus políticos”. Diante da violência (traduzida hoje por “terrorismo”) nos oferecem “ajuda”, tanto financeira como com armas e tecnologia “apropriadas”. E diante das restrições econômicas, as recomendações variam entre: criar condições “favoráveis” a uma maior integração com os países do norte (de preferência através dos mecanismos por eles estabelecidos - como a ALCA); criar “condições” para atrair capital externo; desenvolver “capital humano” e diminuir os custos das empresas (leia-se menos impostos) para gerar “competitividade”; e, sobretudo, a recomendação de ampliar e aprofundar as chamadas “reformas” (a estas alturas já na sua terceira ou quarta geração) para diminuir os gastos governamentais e, portanto, o “déficit fiscal”.

Ao debatermos um outro projeto de desenvolvimento, é preciso chamar a atenção para essa recorrência do ideário neoliberal: a ortodoxia neoliberal não se verifica apenas no campo do econômico. Infelizmente no campo do social, tanto no âmbito das idéias como no terreno das políticas, o neoliberalismo fez estragos e ainda continua hegemônico.

O conservadorismo no social se expressa no retorno à naturalização da desigualdade social ou à aceitação da existência do “fenômeno” da pobreza como inevitável. Retrocedemos historicamente à noção de que o bem-estar social pertence ao âmbito do privado, ou seja, as pessoas, as famílias e as “comunidades” devem responsabilizar-se pelos seus problemas sociais, tanto pelas causas como pelas soluções. É isso que permite acusar a vítima como responsável por sua infelicidade e lhe pregar a “auto-ajuda”.⁵

Mais ainda, alguns avanços conquistados no século XX, como o Estado de Bem-Estar, são considerados “problemas”, sendo inclusive apontados como “causas” de muitos dos nossos males. Sob essa ótica, foram os “gastos

⁵ Ver Bourdieu, P. Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998, p.15-16 IN: Soares, Laura Tavares. O desastre social. Record: Rio de Janeiro, 2003.

generosos” dos Estados de Bem-Estar que causaram os déficits fiscais dos países que os adotaram; e foram esses Estados “paternalistas” que estimularam o desemprego e alimentaram a “preguiça”, impedindo uma “saudável” competitividade entre as pessoas.

Tal como no econômico, a intervenção do Estado no social também é vista como pouco “recomendável”, devendo ser substituída por um tipo de “mercado” especial onde cabe desde a grande seguradora financeira (que passa a garantir previdência social e saúde para os que podem pagar pelo seguro) até o chamado “terceiro setor”, que também inclui uma vasta e heterogênea gama de “atores” (desde as antigas associações comunitárias ou igrejas, até as modernas Organizações Não Governamentais de todo tipo).

A **mercantilização** dos serviços sociais - mesmo os essenciais como saúde e educação - também é vista como “natural”: afinal, segundo essa ideologia, as pessoas devem pagar pelos serviços para que estes sejam “valorizados”. Mas e as pessoas que não podem pagar? Cabe a elas “comprovar” sua pobreza e, só então, o Estado deve intervir através de uma atuação “focalizada” nos comprovadamente pobres, devidamente “cadastrados” como tais.

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva e social. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-soluções “ad hoc” substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico. ⁶ “Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, cada um que cuide do seu como puder. De preferência com um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social.”⁷

O papel do Estado: o regresso da visão liberal e o desmonte

Adotando uma perspectiva histórica, **o papel do Estado** certamente não é uma questão tranqüila nem muito menos consensual. Do ponto de vista das

⁶ Soares, Laura Tavares, 2003, op.cit.

⁷ Soares, Laura Tavares. In: Prefácio ao livro “Terceiro Setor e Questão Social na Reestruturação do Capital” de Carlos Eduardo Montaño (Cortez, 2002).

chamadas classes subalternas, *“os Estados foram certamente opressivos, pouco confiáveis, mas foram também e ao mesmo tempo fontes de segurança cotidiana”*⁸. O problema hoje é que há uma desistência generalizada da crença nos Estados, *“não somente no Estado em mãos dos “outros”, mas em todo o Estado”*.⁹

Por outro lado, esse “antiestatismo radical” assume feições cínicas quando assumido por setores capitalistas historicamente favorecidos pelos próprios Estados. Portanto, apesar do discurso de que o Estado deve “se retirar do econômico e permanecer no social”, a realidade é inversa: reformulou-se o Estado, fragilizando sua “mão esquerda”¹⁰, e reforçando sua “mão direita”¹¹. Para que as medidas de ajuste e as reformas sejam implementadas é preciso que o próprio Estado garanta recursos financeiros e poder aos novos setores “estratégicos” para o capitalismo, como o setor financeiro. O Estado é absolutamente necessário para desregular a economia e flexibilizar as relações de trabalho. É o Estado que garante a tão almejada estabilização econômica, suposta etapa preliminar para um futuro crescimento e uma futura, cada vez mais remota, distribuição da riqueza. E, finalmente, é também o Estado que patrocina e executa as famosas “reformas” consideradas “indispensáveis”, emprestando-lhes um caráter mágico e infalível na solução de todos os nossos problemas.

Segundo Atilio Borón¹² os capitalistas locais e seus sócios metropolitanos obtiveram inúmeras vantagens com essas políticas, modificando *a seu favor e de maneira decisiva, a correlação de forças entre o mercado e o Estado, condicionando desse modo os graus de liberdade que pudesse ter algum futuro governo animado por uma vocação reformista ou transformadora*. Diante desse quadro, não restaria dúvida de que a tarefa mais urgente que os países da

⁸ Wallerstein, Immanuel. “A reestruturação capitalista e o sistema-mundo”. IN: Gentili, P. (org.). Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Coleção A Outra Margem. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes: 2000. p.243.

⁹ Id. ibid.

¹⁰ Expressão cunhada por Bourdieu, referente à parte social do Estado.

¹¹ Idem, referindo-se à parte econômica do Estado.

¹² Ver In: Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995: p. 79.

América Latina teriam que enfrentar no “pós-neoliberalismo” seria a reconstrução do próprio Estado.

Na periferia capitalista, onde a construção de um *Estado de Bem Estar Social* foi incompleta ou precária, o impacto do ajuste foi significativamente maior por conta do desmonte dos frágeis mecanismos existentes de proteção social. Estamos diante de Estados totalmente desmontados e destruídos em seus mecanismos mais elementares de funcionamento . Isto é particularmente mais grave quando se quer resgatá-lo para uma intervenção efetiva baseada em um novo projeto de desenvolvimento econômico e social. Sob o recorrente argumento da necessidade de “reformas”¹³, junto com aquilo que poderia ser considerado o “velho” e que de fato poderia ser “dispensado”, jogou-se fora uma série de instrumentos do Estado vitais para qualquer projeto que levasse em conta o seu fortalecimento numa perspectiva de mudança “não-neoliberal”.

O papel do Mercado ou as alternativas pós-modernas

Para além da crise política atual, ou diante de certos aspectos mais estruturais da dita, que atravessam as fronteiras brasileiras, continuamos diante de alguns impasses não resolvidos. O principal impasse não é apenas de natureza econômica. As importantes conquistas políticas e eleitorais em diversos países da região ainda não foram capazes de reverter a relação *Estado-Mercado* sob a égide do paradigma neoliberal. Diversas interpretações sobre essa “incapacidade” estão postas no debate atual.

Uma delas¹⁴ denuncia a absorção pelo “*mainstream*” daquilo que é denominado de “alternativo” ao sistema capitalista, advogando mudanças dentro do sistema, reconhecendo que *todos* os governos – mesmo os de esquerda – funcionam sob limitações reais impostas pela economia moderna (ou globalizada).

¹³ Outro termo modificado pelo neoliberalismo e esvaziado do seu conteúdo original de mudanças.

¹⁴ Representada aqui pelos filósofos canadenses Joseph Heath e Andrew Potter, autores do livro *“The Rebel Sell”* [“A Rebeldia Fajuta”, Harper Collins, Canada] – ver matéria do Caderno *Mais!* da Folha de São Paulo de 14 de agosto de 2005 intituladas “O avesso do avesso” e o “O Carnaval está em marcha”

Outra interpretação¹⁵ reconhece que “ondas de desilusão” sobre as possibilidades de mudança social “não são novidade”. O que estaríamos presenciando hoje seria uma desilusão sobre as possibilidades de se mudar o mundo tomando o “controle do Estado”, o que é considerado um “sinal positivo”, porque a alternativa de mudar o mundo “apoderando-se do Estado” ... “nunca poderia funcionar realmente”.¹⁶ Segundo o defensor desta tese, David Graeber: “*Grande parte da frustração dos últimos anos veio da percepção de que, se desafiarmos o capitalismo tentando dominar o governo, provavelmente terminaremos (como colocou recentemente meu amigo Andrej Grubacic) como [Jean Bertrand] Aristide [presidente deposto do Haiti], como [Fidel] Castro, ou como Lula – derrubado, presidindo apesar de si mesmo algum tipo de horrível Estado policial, ou sendo obrigado a abandonar quase todos os princípios que o inspiraram a tentar se eleger*”.¹⁷ Mas quais são as “alternativas” consideradas “*genuinamente democráticas*”, “*apropriadas às condições modernas*” segundo o mesmo autor¹⁸? As dos “caracoles” em Chiapas; as das assembléias e fábricas ocupadas da Argentina; as dos conselhos de cidadãos norte-americanos; ocupações e centros sociais da Itália; guetos da África do Sul; ninhos de *hackers* de computadores em toda parte, e “*outras brechas e fissuras na estrutura de poder mundial que provavelmente nem conhecemos*”.¹⁹

Vale a pena debatermos alguns aspectos desta tese a qual, sobretudo na atual crise político-institucional que estamos vivendo hoje no Brasil, é no mínimo “tentadora” para algumas correntes político-ideológicas.

Em primeiro lugar é absolutamente necessário separar e preservar as teses históricas do movimento anarquista de esquerda - que propugnavam a libertação da opressão viesse de onde viesse: da família²⁰, do patrão ou do Estado - **do pastiche neoliberal “pós-moderno”** que invadiu principalmente as nossas terras

¹⁵ Representada aqui pelo Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Yale (EUA) até maio deste ano, David Graeber, considerado um teórico do anarquismo – ver matéria FSP *op.cit.*

¹⁶ Ver matéria de autoria de David Graeber “O carnaval está em marcha” em FSP *op.cit.* p.5.

¹⁷ Ver David Graeber, “*The Crimethinc Collective*”. IN: “O carnaval está em marcha” em FSP *op.cit.* p.6.

¹⁸ David Graeber. O negrito é da autora.

¹⁹ Idem.

²⁰ Lembrar do maravilhoso filme italiano dos irmãos Taviani, “Pai Patrão”.

também *colonizadas* ideologicamente. Segundo este último, o Estado é por definição “deletéreo” e todas as iniciativas da “sociedade” são bem-vindas, defendendo alternativas “autogestionárias” nos chamados programas “alternativos”. Para quem? Para os *pobres*, naturalmente.

Essa visão liberal “pós-moderna” de capitalismo pressupõe a existência, de um lado, de uma “sociedade civil” totalmente abstrata: homogênea, idônea, cheia de boas intenções, impoluta, eficiente e capaz de resolver, ela mesma, seus próprios problemas, desde que o Estado “não atrapalhe”; e, de outro lado, um Estado separado dessa sociedade que cumpre um papel “opressor”, “interventor”, que é “ineficiente” e, além de tudo, “corrupto”. **Nenhuma referência, evidentemente, ao poder real, aos contraditórios interesses econômicos, políticos, sociais e ideológicos, à luta por esses interesses** (agora não é “politicamente correto” falar em “luta de classes”) **no interior dessa mesma Sociedade que estão representados no interior desse mesmo Estado.**

Infelizmente essa tese simplificadora tem tido conseqüências funestas para aqueles, claro, que estão fora do real jogo de poder e para os quais se apregoam as “alternativas auto-gestionárias” – **sempre e quando a riqueza, a propriedade e o próprio Estado que as protege sejam preservados tal como estão e nas mãos dos de sempre.** Cá entre nós, as alternativas citadas acima por David Graeber, exatamente por estarem “fora desse jogo”, não constituem efetivamente uma ameaça real à **estrutura de poder mundial** que ele menciona.

Certamente não tem sido a matriz anarquista ou socialista utópica e sim a liberal que tem orientado milhares de experiências “autogestionárias” consideradas “exemplares” no “alívio à pobreza” que são patrocinadas por Organismos Internacionais e divulgadas em seus relatórios. Apesar delas, e dos lindos retratos coloridos que mostram mulheres “empreendedoras” com meia dúzia de máquinas de costura na África ou nas favelas do Rio de Janeiro, os números e os indicadores da miséria e da pobreza teimam em continuar aumentando (ou, na melhor das hipóteses, mantendo-se no mesmo lugar) nos países onde são implementadas essas propostas ditas “alternativas”.

A aparente *novidade* dessas alternativas de enfrentamento da questão social, na realidade restaura o arcaico e impõe retrocessos no pensamento e na ação sociais. Suas idéias vêm sendo defendidas à direita e à esquerda, por governos e por organismos internacionais, numa espécie de “novo consenso”.

Nessa defesa existem, evidentemente, diversos matizes. Para aqueles que não fazem uma defesa explícita desse ideário, o argumento é o do *possível* dada a *impossibilidade de outras alternativas* frente à pobreza que se impõe e, sobretudo, frente à política econômica que ordena todas as demais políticas. Mesmo que não seja sua intenção, esta postura termina por transformar a política social em um complemento *possível* da política econômica, numa relação de subordinação que limita as escolhas. Esse complemento se traduz, quase sempre, em programas emergenciais de combate à pobreza, cujo horizonte é obscuro dado o caráter de “enxuga gelo” que essas estratégias emergenciais assumem frente à reprodução (e, em alguns casos, ampliação) das condições geradoras de pobreza.

Uma das principais *novidades* aceitas por esse “novo consenso” é a escolha da *sociedade* – através das Organizações Não Governamentais (as ONGs) - como “ator preferencial” no combate à pobreza. Assume-se, por definição e sem contestação, que a “sociedade civil” cuida melhor dos problemas sociais do que o Estado. Baixo esse conceito - “não-governamental” ou “terceiro setor” - se encontram as mais variadas entidades e instituições: associações de bairro, instituições religiosas, ONGs dos mais variados tamanhos, matizes e origens, chegando até as empresas “socialmente responsáveis”. Apesar de serem *não-estatais*, a grande maioria (senão a totalidade) é financiada por recursos públicos. Na maioria dos casos essas instituições são contratadas diretamente pelos governos para a execução dos programas sociais, assumindo, assim, não um caráter *complementar*, mas *substitutivo* ao Estado.

Outra suposta *novidade* é a idéia de que no âmbito do *local* os programas sociais são mais eficientes e eficazes, bem como mais bem controlados pela *comunidade*. Tal como reza a cartilha, a associação “virtuosa” se dá sempre entre os governos locais e as ONGs.

A terceira *inovação* é a de que os recursos disponíveis (“*naturalmente escassos*”) seriam mais bem utilizados se **focalizados nos mais pobres**. Estes são escolhidos por *rigorosos* critérios baseados em uma linha de pobreza traduzida em um valor monetário. Desta forma, os que se situam acima dessa linha são considerados “não-pobres” e deixam de ser “foco” dos programas sociais.

Aliada à anterior, a quarta *inovação* é a do chamado *subsídio à demanda* em substituição ao *subsídio à oferta*²¹. Em outras palavras, trata-se de dar alguma renda às pessoas para que elas passem a *consumir* bens e serviços sociais no *mercado*, ao invés de *gastar* recursos públicos na oferta desses bens e serviços pelo Estado. Isto permitiria a *livre-escolha*, geraria *competitividade* e, portanto, baixaria os *preços* desses serviços. O usuário do serviço social passaria a ser *consumidor* e deveria brigar por seus “*direitos*” enquanto tal. Além dos subsídios e incentivos fiscais, caberia ao Estado garantir a *criação* e a *estabilidade* dessa demanda para ela deixe de utilizar os serviços públicos “de má qualidade” e passe a *consumir* no mercado. A disputa deixa de ser exclusivamente por fundos públicos, passando a ser disputadas também a gestão e a execução.

A novidade de ponta neste novo “*mercado social*” é constituída pelos Seguros, em um processo generalizado de *securitização* do social. Tudo passa a ser um “seguro”: a saúde, a previdência, e até a educação cuja única finalidade passa a ser “investir em *capital humano*” para tornar o país mais “*competitivo*”. Com esse modelo, dissemina-se a **mercantilização do social** e confirma-se, de forma cabal, a dualização dos serviços e bens sociais para aqueles que podem e os que não podem pagar.

Para que o Estado não atrapalhe, e no mesmo barco das *inovações* sociais, estão as famosas *Reformas* - inscritas no âmbito da reforma do próprio Estado - que suprimiram ou reduziram muitos dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores viabilizados pelo Estado. Os que ainda mantinham direitos ligados ao trabalho formal foram considerados “privilegiados” e se tratou de “aproximá-los”

²¹ Note-se que a utilização do “*economês*” no tratamento do Social é também uma condição “moderna” indispensável.

aos trabalhadores em condições de precariedade. Por outro lado, em nome do persistente e eterno Ajuste Fiscal, boa parte das redes públicas estatais de serviços sociais foram “sucateadas” com a redução dos seus recursos e a precarização de seus trabalhadores, que deixaram de ser funcionários públicos estáveis e de carreira (o que também é considerado coisa “ultrapassada”). O chamado *desmonte* do braço social do Estado contribuiu, e muito, para o agravamento das condições de vida de boa parte da população que depende da oferta de serviços públicos. Esse desmonte foi tão grave que hoje diversas iniciativas de política pública se vêm paralisadas por falta de uma estrutura profissional e experiente que dê conta das tarefas, além da falta de outros recursos. A substituição do Estado pelas ONGs não deu (e não dá) conta desse desmonte, por mais boa-vontade que tenham.

Alguns já avisam, preocupados, que desse modo as “metas do milênio” para mitigar a pobreza (a estas alturas já postergadas para 2015) não serão alcançadas. Um relatório recente elaborado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) sobre o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresentado em 22 agosto do ano passado (2005) na Cidade do México-DF, já afirma que a América Latina e o Caribe dificilmente alcançarão a meta de reduzir para metade a pobreza extrema entre 1990 e 2015. Dos 500 milhões de habitantes que vivem na região, cerca de 222 milhões estão em condições de pobreza (vivem com menos de US\$ 2 diários), o equivalente a 43% da população total. Existem 96 milhões de latino-americanos vivendo com menos de US\$ 1 (um dólar) por dia, situação considerada pelo próprio Banco Mundial como de indigência (ou pobreza extrema). Ou seja, 18,6% da população da região não têm recursos suficientes nem para comer. Esse mesmo estudo aponta que os “esforços” para cumprir a meta de reduzir a pobreza extrema entre 1990 e 2015 estão sendo “insuficientes”. Coordenado pelo secretário-executivo da Cepal, José Luis Machinea, em colaboração com outras instituições da ONU, o estudo constata o óbvio (mas nem sempre explicitado ou suficientemente destacado nos relatórios internacionais): que a pobreza extrema

não se deve *apenas* ao baixo crescimento econômico, mas também, e *sobretudo*, à má distribuição da renda.

Recolocando os termos do debate sobre a “novidade”²²

Para finalizar este debate (e antes que seja confundida com alguma “resistência arcaica”) a tese alternativa ao neoliberalismo certamente **não é** o retorno a um Estado autoritário e a um nacionalismo reacionário. Por outro lado, também não dá para qualificar de “novidade” a delegação da questão social para o âmbito do não-governamental. O bem-estar social como responsabilidade *privada* (dos indivíduos, das famílias e das “comunidades”) não tem nenhuma novidade histórica, pelo contrário: trata-se de uma concepção e uma prática liberais anteriores ao século XX. Mais ainda, as idéias e as propostas universalistas e igualitárias a respeito do social têm sua origem não apenas em algumas experiências bem sucedidas de Estado de Bem-Estar “capitalistas”, mas no ideário e nas experiências socialistas. Alguns governos social-democratas europeus, sobretudo os nórdicos (originariamente mais “pobres” e menos desenvolvidos economicamente do que outros países europeus – contrariando a tese de que o “Estado de Bem-Estar” só é possível em situações de “abundância econômica”); e no continente americano, o Canadá francês (também “menos rico” que o Canadá inglês), foram capazes de incorporar aos seus Estados de Bem-Estar essa visão universal.

A rigor, a verdadeira “novidade” está por ser construída nesta nossa periferia capitalista²³. Se as experiências de mudança apenas com a eleição de

²² Texto baseado em análise da mesma autora “Alguns dos impasses (ainda) não resolvidos no debate social e político”, publicada na página www.outrobrasil.com em agosto de 2005.

²³ Na perspectiva socialista, Cuba ainda resiste como modelo de um Estado que garantiu, de forma universal, saúde, cultura e educação de qualidade para o seu povo, apesar de toda a precariedade econômica; situando-se, portanto, ao contrário do que afirma o *anarquista* norte-americano supra-citado, muito além de um mero “Estado Policial”. Pena que o referido autor se esquece de mencionar o caráter Policial que estão assumindo Estados “democráticos” como o norte-americano e o inglês.

novos governos têm demonstrado enormes limitações, ou mesmo “frustrações”, as de “mudar o mundo” sem “tomar o poder” idem. Talvez porque em ambos os casos não se conseguiu, exatamente, mudar as relações de poder no interior dos nossos Estados, cujas estruturas são bem mais amplas e complexas do que os governos. Não por acaso a Reforma do Estado Venezuelano, feita de modo plebiscitário, foi e continua sendo pré-condição essencial para as mudanças em curso na Venezuela, mesmo à custa de muitos conflitos e lutas. Estados verdadeiramente Democráticos e Populares continuam sendo desafios quase utópicos para os nossos países. Por outro lado, não conhecemos nenhuma experiência histórica contemporânea de mudança estrutural que não tenha passado pela conquista do poder de Estado.

Algumas tentativas foram feitas no âmbito de algumas experiências de governo locais populares e democráticos no Brasil, consideradas exemplares para toda a América Latina²⁴. A novidade histórica, cultural e política que representou a eleição de Lula como Presidente da República corre o risco de ser “desgastada” e vista como mais um “exemplo” da “impossibilidade” de mudança pela “tomada do governo”. O que não se explica é porque será que o governo Lula ainda “incomoda muita gente” - exatamente aqueles que não querem abrir mão do poder de Estado - mesmo quando o “modelo” econômico vigente foi preservado e as normas que sustentam o “*status quo*” no aparato institucional e político, histórica e estruturalmente ligado a interesses privados, ainda não foram objeto de uma ruptura radical.

A mudança no sentido de tornar esse aparato verdadeiramente *público*, criaria mecanismos de controle social que impediriam – entre outras coisas - os fenômenos de “corrupção” que, ao contrário do que insiste em afirmar o senso-comum, são *conseqüência* dessas estruturas privatizadas e não a *causa* “dos

²⁴ A maioria liderada pelo Partido dos Trabalhadores. A autora gostaria de ressaltar a experiência estadual do Governo Popular e Democrático do Rio Grande do Sul na gestão Olívio Dutra, que provocou enorme reação por parte da direita que usou todo o seu poder na mídia e no resto do aparelho do Estado – Legislativo e Judiciário – para derrocá-lo. Ver a esse respeito o livro “*Tempo de Desafios. A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*”, publicado pela Editora Vozes em 2002.

nossos problemas”. Essas estruturas privatizadas foram construídas e ocupadas historicamente por nossas elites, que *saquearam* o Estado sem nenhuma cerimônia.²⁵

Ao contrário do que o discurso neoliberal e o de alguns “anarquistas pós-modernos” querem nos fazer crer, se o Estado não fosse tão importante assim, os ainda *donos do poder* não continuariam a lutar com unhas e dentes pelo seu domínio.

²⁵ Ao contrário do que advoga Leôncio Martins Rodrigues ao afirmar - em recente entrevista na Folha de São Paulo, domingo 2 de abril - que é a “popularização” que explica a “voracidade” no poder, culpando a “ascensão das classes mais pobres” pela “corrupção”.